VI Semana de História do Pontal
Sociedade, Cultura, Patrimônio
25 A 28 DE SETEMBRO DE 2018
V Encontro de Ensino de História
ISSN 2179-5665

A participação das mulheres na política de Ituiutaba (MG)

Vera Lúcia Oliveira Teixeira
Graduanda no curso de Serviço Social da FACES/UFU

Soraia Veloso Cintra
Professora do curso de Serviço Social da FACES/UFU

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta discussões sobre a participação da mulher na política de Ituiutaba (MG), a partir da presença feminina no poder legislativo. O interesse por essa temática surgiu durante a participação de um projeto de extensão do Núcleo de Estudos Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, no âmbito do "Observatório da Política". Ao participar do referido projeto que acompanhou o primeiro ano das mulheres eleitas vereadoras de Ituiutaba e das cidades da região, também tivemos interesse em continuar estudando a partir de quando as mulheres passaram a ocupar uma vaga na Câmara Municipal de Vereadores. Trata-se de tema atual, pois a discussão perpassa pelo fato das mulheres ainda serem minoria nos cargos políticos, mas são maioria do eleitorado. Segundo dados da Revista ISTOÉ (2018), as mulheres representam na atualidade 52,5% do total dos eleitores.

Na história política de Ituiutaba estão registradas 10 vereadoras, com destaque especial para Neuza dos Reis Domingues que chegou a presidir a Câmara Municipal entre 1997-1998. Os dados iniciais foram coletados nas atas de posse daquela Casa de Leis, visando confirmar o nome de todas as vereadoras.

A TRAJETÓRIA DA MULHER NA POLÍTICA

O Estado do Rio Grande do Norte foi o primeiro a entrar para a história brasileira por ter a primeira eleitora em 1928. Celina Guimarães Viana (1890-1972), pôde votar graças a Lei Estadual criada pelo então Governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine (1874-1956), que definiu que todos poderiam votar e ser votados, desde que estivessem dentro da Lei

ISSN 2179-5665

estabelecida, não fazendo diferença entre homens e mulheres. Também o Rio Grande do Norte foi o primeiro Estado a eleger uma prefeita no Brasil. "Luíza Alzira Soriano Teixeira (1887-1963) disputou a eleição de 1928 para a prefeitura de Lajes, cidade do interior do Rio Grande do Norte, pelo Partido Republicano. Viúva aos 32 anos tomou posse no cargo em 1º de janeiro de 1928, tendo vencido a eleição com 60% dos votos, em um momento no qual as mulheres nem sequer podiam votar". (TSE, 2018).

O direito ao voto feminino no Brasil foi conquistado em junho de 1931, por meio de um Decreto pelo então presidente Getúlio Vargas, com algumas restrições: "Apenas as mulheres viúvas ou solteiras com renda própria poderiam votar. As mulheres casadas, mesmo que também tivessem renda própria, fruto de atividade profissional, só poderiam votar se autorizadas pelo marido" (MARQUES, 2018, p. 106). No entanto ouvindo as reivindicações das mulheres sobre as restrições, Vargas fez uma revisão alterando o novo código eleitoral, através de um novo decreto feito em 24 de fevereiro de 1932.

> [...] acolheu o voto feminino sem condições excepcionais. As mulheres poderiam votar e ser votadas. Também podiam participar de eleições os religiosos integrantes de ordens que haviam perdido o direito de votar na Constituinte de 1891. Por consequência, freiras também poderiam votar, se quisessem. O código também previu um tipo novo de representante, o classista, que podia ser escolhido por empregados ou por empregadores. (MARQUES, 2018, p, 107)

Essa conquista foi alcançada através de muitas lutas das mulheres em busca por direitos igualitários, principalmente no direito de votar e ser votada, tendo uma resposta positiva na conquista da participação feminina nas decisões políticas. "A conquista do direito de voto foi, por muitas décadas, o ponto focal do movimento de mulheres. Da metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, o sufragismo foi a face pública das reivindicações feministas". (MIGUEL, 2014, p. 93).

Após a mudança do Código eleitoral, Carlota Pereira Queirós (1892-1982) foi eleita primeira deputada do Brasil (MARQUES, 2018 p.134). E foi somente em 1976, que o Senado recebeu a primeira mulher, ainda não eleita, mas suplente, pelo Estado Amazonas, Eunice Mafalda Berger Michilles (1929).

ISSN 2179-5665

> Em 1974, passou a integrar o diretório regional da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar vigente no pais desde abril de 1964, em cuja legenda, no pleito de novembro desse mesmo ano, foi eleita deputada estadual. Tomando posse na Assembleia Legislativa amazonense em janeiro do ano seguinte, passou a integrar, como titular, as comissões de Educação e Saúde, Redação Final e Assistência Social. No pleito de novembro de 1978 foi eleita suplente do senador João Bosco Ramos de Lima. Concluindo seu mandato no Legislativo amazonense em janeiro do ano seguinte, em março, com a posse de José Lindoso no governo do estado, assumiu a Secretaria de Estado de Trabalho e Serviço Social do Amazonas. Dois meses depois, com o falecimento do senador João Bosco, deixou a secretaria estadual e assumiu a vaga aberta no Senado, tornando-se assim a primeira senadora do país. Passou a integrar, como titular, as comissões de Assuntos Regionais e de Educação e Cultura, e como suplente a Comissão de Legislação Social. (FGV, s/d, *online).*

Mesmo com o direito adquirido de votar, a participação das mulheres ainda não era registrada de forma representativa. Somente com o voto obrigatório a partir de 1946, foi que teve um aumento significativo no número de eleitoras. (BRASIL, 2018).

> Por séculos, a participação da mulher na política foi considerada incompatível com sua natureza talhada para os domínios do privado, entendido como um terreno "apolítico", ao contrário do território público, político por excelência e, portanto, sob dominação exclusiva do homem. (SCOTT, 2002).

As novas leis fizeram com que aumentasse a participação feminina na atuação política, através da política de ações afirmativas. Pela Lei nº 9.100/1995 que versa sobre "Vinte por cento, no mínimo das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres":

> Como forma de vencer o problema da baixa presença de mulher no Poder Legislativo, em muitos países foram adotadas ações afirmativas, em particular cotas eleitorais por sexo. Dessa maneira, uma parcela das vagas de candidatos, ou mesmo dos acentos no parlamento, fica reservadas para as mulheres (MIGUEL, 2014, p.97)

ISSN 2179-5665

A política de ações afirmativas ainda é necessária e os partidos estão sendo mais cobrados para cumprir a lei, não apenas no papel, mas na colaboração efetiva para que mais mulheres possam ser eleitas. É um caminho longo, pois mesmo em 2018, o número de mulheres eleitas para deputadas estaduais e federais não sofreu tanta alteração e somente um Estado brasileiro, elegeu uma mulher ao governo federal, Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (1955), do PT. Há de se destacar também o PSOL.

De acordo com dados apresentados pelo TSE (2018) compilados pela Revista Fórum (2018), o partido Socialismo e Liberdade (PSOL) contará com 5 homens e 5 mulheres na bancada da Câmara dos Deputados no ano de 2109. São elas Talíria Petrone (RJ), Fernanda Melchionna (RS), Áurea Carolina (MG), Sâmia Bomfim e Luiza Erundina (ambas de São Paulo). Foi o único partido a eleger deputados com paridade de gênero.

Na história política, temos pioneiras que quebraram muitas barreiras, mas a política continua sendo um mundo masculino. Quando Eunice Michilles assumiu sua vaga no Senado, não havia banheiro feminino no local, e ela foi recebida com flores.

> Em seu primeiro dia de mandato, Eunice Michiles foi recebida com flores e poesias. Era 1979 e ela chegava ao Senado como suplente de João Bosco, parlamentar da Arena eleito pelo Estado do Amazonas, que morreu dois meses depois da eleição. "Foi uma recepção muito carinhosa, é verdade. Mas não era usual um senador ser recebido assim. Então, foi também profundamente discriminatória", lembra Eunice. (TAVARES, 2010, s/p, *online*).

Benedita Souza da Silva Santos (1942) entrou para a história política, por ter sido a primeira senadora negra eleita no país. Ela teve 2 milhões e 400 mil votos em 1994. Mas sua carreira política começou antes, na década de 1980 quando foi eleita vereadora, depois deputada federal constituinte, reeleita em 1990. Após a passagem pelo Senado, tornou-se vice-governadora no Rio de Janeiro, assumindo o cargo de governadora durante nove meses. Atualmente, é deputada federal pelo Rio de Janeiro e foi reeleita para o pleito 2019-2022.

Quem também entrou para a história política do Brasil, foi Roseane Sarney (1953), filha do ex-presidente José Sarney. De acordo com dados da Revista ISTOÉ (2018), ela entrou para a política em 1990, conseguindo se eleger deputada federal, a mais votada do Estado do

ISSN 2179-5665

Maranhão, com 45 mil votos. Em 1994, foi eleita a primeira governadora do Brasil (Estado do Maranhão), se reelegendo em 1998 com 70% dos votos.

Em 2010, Dilma Vana Rousseff (1947) a foi eleita Presidente do Brasil, sendo reeleita em 2014. (BRASIL, 2018). Foi a primeira mulher a chegar ao cargo mais alto do país e, por isso, a primeira a sofrer *impeachment*. A presidenta foi acusada de crime de responsabilidade fiscal e de edição de decretos sem autorização do Legislativo.

A MULHER E A POLÍTICA EM MINAS GERAIS

A eleição de 2018 contabilizou 53 deputados federais eleitos por Minas Gerais. Destes, apenas 04 são mulheres: Aurea Carolina (PSOL), com 162.740 votos; Margarida Salomão (PT), 89.378 votos; Alê Silva (PSL), 48.043 votos, e Greyce Elias (Avante), com 37.620 votos. Das quatro, apenas uma é negra. Entre os homens, destaque para o advogado Andre Janones (Avante) que ficou em terceiro lugar entre os deputados mais votados com quase 179 mil votos.

A presença masculina também se manteve na Assembleia Estadual. Dos 77 deputados estaduais eleitos em Minas Gerais, apenas 09 são mulheres.

> Os eleitos assumem a 19ª legislatura em 2019 para mandato até 2023. Conforme a ALMG, serão 31 novos deputados, um índice de 40,25% de renovação. Dos 64 atuais deputados que se candidataram à reeleição, 46 foram eleitos, um índice de 73% dentre eles. Dos cinco deputados mais votados, três são novatos, entre eles o campeão de votos, Mauro Tramonte (PRB). Bruno Engler (PSL) e Cleitinho (PPS) são outros dois estreantes que ficaram em terceiro e quarto lugar. O segundo colocado foi Sargento Rodrigues (PTB), e o quinto lugar ficou com o também reeleito Noraldino Junior (PSC). (G1, 2018, s/p, *online*).

Ituiutaba (MG) teve sua emancipação política e administrativa registrada pela lei Estadual nº 319/01, em 16 de setembro de 1901, passando a ser conhecida pelo nome atual em 1915. Segundo dados do (IBGE) o Censo de 2010 mostrava que a população era de 97.171 pessoas, com uma estimativa em 2018 de 104.067 pessoas, com um total de 77.181 eleitores, o

ISSN 2179-5665

equivalente a 74% da população. As mulheres são maioria com 40.637 eleitoras (52,65%). (TSE, 2014 e 2018).

De acordo com os vários órgãos eleitorais como TSE, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Senado Federal, existiam no Brasil, antes das eleições de 2018, 56.359 homens e 8.648 mulheres exercendo mandato político, sendo que em Minas Gerais eram 8.468 cargos ocupados por homens e 996 ocupados por mulheres.

A história política de Ituiutaba também não favoreceu as mulheres. Mesmo assim, foi possível encontrar 08 que exerceram cargos de vereadoras no município e 02 que exercem na legislação atual. São elas Vera Cruz de Oliveira, Vânia Aparecida Alves de Moraes Jacob, Mariza Marques Rolo, Neuza dos Reis Domingues (que chegou a presidir a Câmara entre 1997-1998), Maria Divina de Menezes, Suzana Evangelista Modesto dos Santos, Ana Márcia Carvalho Abdulmassih e Joliane Mota Soares; além das atuais Gabriela Ceschim Pratti e Cleidislene Conceição Silva, sendo que esta última é suplente do vereador Renato Moura, e está no cargo enquanto o mesmo continuar como secretário de desenvolvimento social.

Na região a situação não é muito diferente.

CONCLUSÃO

Neste artigo, apresentamos uma breve contribuição a história política, trazendo um pouco da história das mulheres nesta participação, na construção da história do Brasil. Ainda acredita-se na ideia da incapacidade da mulher quando o assunto é política, porque na sociedade patriarcal na qual vivemos espera-se que a mulher mantenha-se no campo privado e não na esfera pública.

Mas alcançar os cargos mais altos é uma conquista que vem sendo realizada com muito esforço, seja nas empresas, seja na política. As mulheres acabam se travestindo até de "loucas" (ou se masculinizando) para conseguir seu lugar no mundo político, pois de outra forma talvez não ganhassem o respeito dos homens e de muitas mulheres.

Referências

ISSN 2179-5665

Abrão. Martins Guimarães Larissa, Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus Ituiutaba e Faculdade Pitágoras-Uberlândia-Brasil. Fávero. Helena Maria, Universidade de Brasília-Brasil. **Democracia e participação Feminina na Política Brasileira; A Voz e a Condição das Mulheres Envolvidas em Atividades Políticas.** Disponível em: www.mhelenafavero.com.br/documentos/Anaiarqquivos/2012%20FAVERO-DEMOCRACIA-E-PARTICIPACAOFEMININA.pdf. Acessado em 10 de jul. 2017.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2018/10/07_eleicoes_nova_composicao.html Acesso em: 11 de Novembro de 2018

Câmara Municipal de Ituiutaba História. Disponível em: www.ituiutaba.mg.leg.br/institucional/historia- Acesso em: 27 de Outubro de 2018

CINTRA, Soraia Veloso et al... A participação das mulheres na política: uma análise das eleições de 2016 nas cidades da microrregião de Ituiutaba (MG). Disponível em file:///C:/Arquivos%20Soraia/certificados%202015%202017/soraiavelosocintraetal.pdf. Acesso 11 de novembro de 2018.

Dilma Rousseff**: A primeira mulher a presidir o Brasil.** Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil Acesso em: 04 de Outubro de 2018

Eleições 2016: país elege 7803 vereadores e 638 prefeitas em primeiro turno. Disponível em: http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Outubro/eleicoes-2016-pais-elege-7-803-vereadoras-e-638-prefeitas-em-primeiro-turno Acesso em: 04 de novembro de 2018

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama Acesso em: 26 de outubro de 2018

ITUIUTABA MG – Número de Eleitores/Habitantes na Cidade em 2018 https://www.eleicoesepolitica.net/numero-total-de-eleitores/ituiutaba-mg/ Acesso em: 27 de Outubro de 2018

ISSN 2179-5665

MARQUES, Tereza Cristina de Novaes. **O Voto Feminino no Brasil.** Brasília, Câmara dos Deputados, Edições, Câmara, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flavia. **Feminismo e Política,** 1. Ed. São Paulo: Biotempo editorial, 2014.

Portal Amazônia, **com informações da TV Senado Portal Amazônia, com informações da TV Senado**. Disponível em: http://portalamazonia.com/cultura/conheca-eunice-michiles-primeira-mulher-no-senado-brasileiro. Acesso em: 2 de Outubro de 2018.

REVISTA ISTOÉ, **Roseane Sarney**. Disponível em: https://istoe.com.br/13797_ROSEANA+SARNEY/ Acesso em: 04 de Outubro de 2018

Revista Fórum. PSOL É o Único a ter Paridade de Gênero na Bancada na Próxima Legislatura. Disponível em: https://www.brasil247.com/pt/247/poder/374682/PSOL-%C3%A9-o-%C3%BAnico-a-ter-paridade-de-g%C3%AAnero-na-pr%C3%B3xima-legislatura.htm Acesso em: 11 de Novembro de 2018

TAVARES, Flávia. "Meu papel era ficar quieta". **Jornal Estado de São Paulo**. Disponível em https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,meu-papel-era-ficar-quieta-diz-primeira-senadora-eleita-imp-,633096. Acesso em 11 de novembro de 2018.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO. 82 anos de Conquista do voto feminino no Brasil. Disponível em: http://www.tre-es.jus.br/imprensa/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil Acesso em: 12 de Novembro de 2018

Tribunal Superior Eleitoral. **Semana da Mulher: primeira prefeita eleita no Brasil foi a potiguar Alzira Soriano.** Disponível em: http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano. Acesso em: 15 de Setembro de 2018